

SUMÁRIO

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.....	1
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1
TÍTULO I – DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR.....	1
Capítulo I – Disposições gerais	1
Capítulo II – Da política nacional de relações de consumo.....	2
Capítulo III – Dos direitos básicos do consumidor	3
Capítulo IV – Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos	5
Seção I – Da proteção à saúde e segurança.....	5
Seção II – Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....	6
Seção III – Da responsabilidade por vício do produto e do serviço	8
Seção IV – Da decadência e da prescrição.....	10
Seção V – Da desconsideração da personalidade jurídica.....	11
Capítulo V – Das práticas comerciais.....	12
Seção I – Das disposições gerais	12
Seção II – Da oferta	12
Seção III – Da publicidade	13
Seção IV – Das práticas abusivas.....	14
Seção V – Da cobrança de dívidas	15
Seção VI – Dos bancos de dados e cadastros de consumidores.....	16
Capítulo VI – Da proteção contratual	17
Seção I – Disposições gerais	17
Seção II – Das cláusulas abusivas.....	17
Seção III – Dos contratos de adesão	21
Capítulo VI-A – Da prevenção e do tratamento do superendividamento	22
Capítulo VII – Das sanções administrativas	26
TÍTULO II – DAS INFRAÇÕES PENAIS	28
TÍTULO III – DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	32
Capítulo I – Disposições gerais	32

Capítulo II – Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.....	35
Capítulo III – Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços	36
Capítulo IV – Da coisa julgada.....	37
Capítulo V – Da conciliação no superendividamento	38
TÍTULO IV – DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	39
TÍTULO V – DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO	41
TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	41
LEGISLAÇÃO RELACIONADA.....	43
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 5 DE OUTUBRO DE 1988* ..	43
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940*	44
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015*	46
DECRETO 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933	47
LEI 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 – Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular*	48
LEI 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências*	51
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	53
Lei Complementar	
LEI COMPLEMENTAR 166, DE 8 DE ABRIL DE 2019 – Altera a Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores.....	158
Leis	
LEI 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.....	53
LEI 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 – Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências	57
LEI 9.008, DE 21 DE MARÇO DE 1995 – Cria, na estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal de que trata o art. 13 da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, altera os arts. 4º, 39, 82, 91 e 98 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.....	58
LEI 9.832, DE 14 DE SETEMBRO DE 1999 – Proíbe o uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados.....	75
LEI 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.....	76

* Conteúdo parcial.

LEI 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003 – Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, e dá outras providências	81
LEI 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004 – Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.....	91
LEI 12.007, DE 29 DE JULHO DE 2009 – Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados....	101
LEI 12.291, DE 20 DE JULHO DE 2010 – Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços	101
LEI 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011 – Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito	102
LEI 12.485, DE 12 DE SETEMBRO DE 2011 – Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências	107
LEI 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 – Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências	110
LEI 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012 – Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.....	112
LEI 12.921, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013 – Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.....	122
LEI 12.933, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013 – Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória 2.208, de 17 de agosto de 2001	122
LEI 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*	124
LEI 13.111, DE 25 DE MARÇO DE 2015 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo	132
LEI 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*	133

* Conteúdo parcial.

LEI 13.179, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 – Obriga o fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.....	133
LEI 13.233, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 – Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água	136
LEI 13.294, DE 6 DE JUNHO DE 2016 – Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964	136
LEI 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017 – Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004.....	137
LEI 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.....	137
LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	142
LEI 13.828, DE 13 DE MAIO DE 2019 – Altera a Lei 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet	159
LEI 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019 – Altera a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências	167
LEI 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.....	174
LEI 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)	189
LEI 14.034, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 – Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nos 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.....	194
LEI 14.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2020 – Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19	196
LEI 14.181, DE 1º DE JULHO DE 2021 – Altera a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento	199

Decretos

DECRETO 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997 – Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação

das sanções administrativas previstas na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto 861, de 9 de julho de 1993, e dá outras providências.....	60
DECRETO 2.521, DE 20 DE MARÇO DE 1998 – Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências*	73
DECRETO 4.680, DE 24 DE ABRIL DE 2003 – Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis	80
DECRETO 5.440, DE 4 DE MAIO DE 2005 – Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.....	93
DECRETO 5.903, DE 20 DE SETEMBRO DE 2006 – Regulamenta a Lei 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.....	93
DECRETO 6.523, DE 31 DE JULHO DE 2008 – Regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC	96
DECRETO 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013 – Regulamenta a Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.....	114
DECRETO 8.573, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre o Consumidor.gov.br, sistema alternativo de solução de conflitos de consumo, e dá outras providências.....	134
DECRETO 9.882, DE 27 DE JUNHO DE 2019 – Altera o Decreto 8.573, de 19 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Consumidor.gov.br, sistema alternativo de solução de conflitos de consumo.....	160
DECRETO 9.936, DE 24 DE JULHO DE 2019 – Regulamenta a Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito	167
DECRETO 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020 – Regulamenta a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.....	184
DECRETO 10.417, DE 7 DE JULHO DE 2020 – Institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.....	191
DECRETO 10.634, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021 – Dispõe sobre a divulgação de informações aos consumidores referentes aos preços dos combustíveis automotivos.....	199

Decreto Legislativo

DECRETO LEGISLATIVO 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020 – Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem 93, de 18 de março de 2020	184
--	-----

* Conteúdo parcial.

Medida Provisória

MEDIDA PROVISÓRIA 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001 – Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração	78
---	----

Portarias

PORTARIA 4, DE 13 DE MARÇO DE 1998 – Divulga, em aditamento ao elenco do art. 51 da Lei 8.078/90 e do art. 22 do Decreto 2.181/97, cláusulas que são nulas de pleno direito ...	72
PORTARIA 3, DE 19 DE MARÇO DE 1999 – Dispõe sobre cláusulas nulas de pleno direito	74
PORTARIA 3, DE 15 DE MARÇO DE 2001 – Dispõe sobre cláusulas nulas de pleno direito	76
PORTARIA 81, DE 23 DE JANEIRO DE 2002 – Estabelece regra para a informação aos consumidores sobre mudança de quantidade de produto comercializado na embalagem	79
PORTARIA 5, DE 27 DE AGOSTO DE 2002 – Complementa o elenco de cláusulas abusivas constante do art. 51 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990	79
PORTARIA 7, DE 3 DE SETEMBRO DE 2003 – Para efeitos de fiscalização pelos órgãos públicos de defesa do consumidor, particulariza hipótese prevista no elenco de práticas abusivas constante do art. 39 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.....	91
PORTARIA 2.014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2008 – Estabelece o tempo máximo para o contato direto com o atendente e o horário de funcionamento no Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC	98
PORTARIA 3.083, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013 – Disciplina o direito do consumidor à informação sobre a segurança dos estabelecimentos de lazer, cultura e entretenimento	116
PORTARIA 16, DE 24 DE JUNHO DE 2019 – Especifica tipo de prática abusiva contra o consumidor, em consonância com o disposto no inciso IV, art. 39, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor	160
PORTARIA 618, DE 1º DE JULHO DE 2019 – Disciplina o procedimento de comunicação da nocividade ou periculosidade de produtos e serviços após sua colocação no mercado de consumo, previsto nos parágrafos 1º e 2º do art. 10 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990	160
PORTARIA CONJUNTA 3, DE 1º DE JULHO DE 2019 – Disciplina o procedimento de chamamento dos consumidores – recall, para substituição ou reparo de veículos que forem considerados nocivos ou perigosos após a sua introdução no mercado de consumo.....	165
PORTARIA 14, DE 19 DE MARÇO DE 2020 – Disciplina a incidência de fator de redução no pagamento de multas aplicadas pelas Secretaria Nacional do Consumidor em caso de renúncia, pelo infrator, ao direito de recorrer da decisão administrativa de que trata o art. 46 do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997	188
PORTARIA 15, DE 27 DE MARÇO DE 2020 – Determina o cadastro de empresas na plataforma Consumidor.gov.br para viabilizar a mediação via internet, pela Secretaria Nacional do Consumidor, dos conflitos de consumo notificados eletronicamente, nos termos do art. 34 do Decreto no 2.181, de 20 de março de 1997	188

Portaria Interministerial

PORTARIA INTERMINISTERIAL 3.082, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013 – Institui o Sistema de Informações de Acidentes de Consumo – SIAC	115
---	-----

Resoluções

RESOLUÇÃO 3.694, DE 26 DE MARÇO DE 2009 – Dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.....	99
RESOLUÇÃO 296, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013 – Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro de garantia estendida, quando da aquisição de bens ou durante a vigência da garantia do fornecedor, e dá outras providências.....	117
RESOLUÇÃO 315, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014 – Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro viagem	126
RESOLUÇÃO 4.746, DE 29 DE AGOSTO DE 2019 – Altera a Resolução 3.694, de 26 de março de 2009, para disciplinar o atendimento presencial nas dependências das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil	174
SÚMULAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	201
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal	201
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	201
ÍNDICE REMISSIVO	205